
UMA ANÁLISE DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH A PARTIR DO REALISMO CRÍTICO

Carolina Miranda Cavalcante¹

RESUMO: O objetivo do artigo é a avaliação metodológica das contribuições de Douglass North no que concerne às instituições e à história econômica. A análise metodológica da proposta de North será realizada com recurso aos debates em Filosofia da Ciência, que se refletem não apenas nas discussões em metodologia econômica, mas também na construção teórica em Economia. Além disso, às já conhecidas correntes de pensamento em Filosofia da Ciência (positivismo lógico, Popper e teóricos do crescimento do conhecimento) incluem as contribuições do realismo crítico, tal qual expostas por Tony Lawson.

Palavras-chave: História econômica, Cliometria, Instituições, Metodologia econômica, Realismo crítico.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é a avaliação metodológica das contribuições de Douglass North no que concerne às instituições e à história econômica. A análise metodológica da proposta de North será realizada com recurso aos debates em Filosofia da Ciência, que se refletem não apenas nas discussões em metodologia econômica, mas também na construção teórica em Economia.

As mais referidas correntes de pensamento em Filosofia da Ciência são o positivismo lógico e os teóricos do crescimento do conhecimento (Kuhn, Lakatos, Feyerabend e Toulmin). Popper é um autor de difícil classificação, visto não estar clara sua completa identificação com as correntes de pensamento mencionadas, contudo, possui contribuições importantes no que concerne aos debates que se seguiram ao projeto lógico-positivista. Uma corrente de pensamento em Filosofia da Ciência que tem se inserido recentemente nos debates em metodologia econômica é o Realismo Crítico (RC). Embora tenha surgido em meados da década de 1970, a partir dos trabalhos de Roy Bhaskar, o RC só adquire maior circulação entre os economistas a partir do livro de 1997 de Tony Lawson – *Economics and Reality*.

O ponto programático central do RC é a reafirmação ontológica, ou seja, toda teoria pressupõe uma ontologia (visão de mundo) e, ao contrário do relativismo das propostas de Kuhn e Lakatos, as teorias podem ser comparadas e julgadas a partir da visão de mundo nelas implicada. Deste modo, teorias científicas veiculam não apenas um conjunto de métodos para conhecer o mundo – epistemologia –, mas também uma visão de mundo – ontologia. O propósito desse artigo é justamente a explicitação da epistemologia e da ontologia implicadas na noção de instituição e história econômica de North.

O artigo divide-se em quatro itens, além dessa Introdução e da Conclusão. No primeiro item apresento em linhas gerais a proposta institucionalista de North e como esta se filia ao programa de pesquisa neoclássico. No segundo item exponho a noção de história econômica adotada por North – a cliometria ou nova história econômica. No terceiro item explico as concepções metodológicas da tradição neoclássica, compartilhadas por North, e as avalio à luz do RC de Lawson. Por fim, o quarto item volta-se à análise metodológica da proposta institucionalista de North.

2. A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH

Os desenvolvimentos da nova economia institucional (NEI) são comumente creditados a Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North. O artigo de 1937 de Coase, *The Nature of the*

¹ Professora /UFRJ

Firm, é considerado a obra inaugural da NEI. Nesse artigo, o autor desenvolve o conceito de custos de transação, utilizado tanto por Williamson quanto por North, embora de modo distinto (North, 1992, p.6). A denominação de nova economia institucional foi sugerida por Williamson como forma de diferenciar essa escola de pensamento da velha economia institucional de Veblen, considerada pelos novos institucionalistas como antiteórica (Coase, 1998, p.72). Contudo, a NEI não é homogênea, visto que seus autores abordam questões concernentes às instituições de formas diversas, o que não implica que os novos institucionalistas não possuam um propósito comum, a saber, a incorporação das instituições na análise econômica. Iniciemos com a definição de instituição de North:

Instituições são as regras do jogo numa sociedade, ou mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que moldam a interação humana. Em consequência elas estruturam os incentivos na troca humana, seja política, social ou econômica. A mudança institucional molda a maneira como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, portanto, é a chave para a compreensão da mudança histórica (North, 1990, p.3).

O autor remete a dois aspectos concernentes às instituições, sua constituição e seu papel na evolução das sociedades ao longo do tempo. Quanto à sua constituição, North define instituições como restrições criadas pelos indivíduos e responsáveis pelo molde da interação humana. Nesse sentido, as instituições fornecem as regras do jogo a partir das quais os jogadores – indivíduos e organizações – realizam suas escolhas. As instituições “definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos” (North, 1990, p.4), através da imposição de restrições formais e informais. As restrições formais são as regras codificadas que as pessoas concebem como leis e constituições, enquanto as restrições informais são convenções e códigos de conduta auto-impostos pelos indivíduos (North, 1990, p.4).

Quanto ao papel evolutivo das instituições, North aponta que uma mudança nas restrições institucionais molda a maneira como uma sociedade evolui ao longo do tempo. As restrições informais são originadas na transmissão de informações ao longo das gerações, ou seja, consistem na herança cultural de uma sociedade. Deste modo, a aplicação das mesmas restrições formais a sociedades distintas pode não gerar os mesmos resultados (North, 1990, p.36-37). A ideia subjacente é que indivíduos pertencentes a sociedades diferentes possuem modelos mentais distintos, dado que não compartilham a mesma cultura, conseqüentemente, tais indivíduos não processarão a mesma informação de forma idêntica. Essa asserção só é possível caso o suposto de racionalidade seja modificado. O fato das pessoas processarem informações não é considerado nos limites do suposto de racionalidade instrumental.

No intuito de trazer mais realismo à análise econômica, North sugere uma modificação no suposto de racionalidade, bem como a inserção da dimensão temporal na análise econômica, mas mantém a definição do objeto de estudo da Economia como escolha sob escassez. Vejamos como North estabelece os limites da sua crítica à tradição neoclássica.

A estrutura analítica é uma modificação da teoria neoclássica. O que retém é o suposto fundamental de escassez e, portanto, competição e as ferramentas analíticas da teoria microeconômica. O que modifica é o suposto de racionalidade. O que adiciona é a dimensão do tempo (North, 1993c).

Quanto ao primeiro item, escolha sob escassez, North está de acordo com a economia neoclássica padrão. Essa definição do objeto da Economia configura uma ontologia científica, ou uma descrição de como se constitui o sistema econômico. A escolha é uma categoria concernente ao comportamento individual, enquanto a escassez nos diz algo sobre a configuração das estruturas sociais. Se os recursos do sistema econômico são escassos, a alocação desses recursos impõe-se como um problema teórico legítimo. A presença de recursos escassos remete à ideia de que os fatores com os quais os indivíduos se deparam são fixos e não podem ser utilizados de forma ilimitada. Não há como criar recursos, caso pudessem ser criados os indivíduos os tornariam abundantes. Por conseguinte, recursos escassos podem no máximo ser alocados ou realocados, jamais criados pelos indivíduos. Deste

modo, dadas as estruturas sociais, a ação individual tem o importante papel de alocar e realocar os recursos do sistema econômico através de suas escolhas. Assim é possível entender a ênfase da ciência econômica mainstream no comportamento e nas preferências individuais para explicar o sistema econômico.

Outro elemento da economia neoclássica padrão que North sugere que seja mantido são as ferramentas analíticas da teoria microeconômica, ou seja, maximização sob restrição. Tais ferramentas analíticas são perfeitamente compatíveis com a ontologia científica acima delineada, a saber, indivíduos escolhem (maximização) entre recursos escassos (restrição). Assim construída, a teoria é perfeitamente passível de formalização matemática, um requisito de atribuição de cientificidade no âmbito da economia mainstream. No esquema da teoria do consumidor poderia se pensar em curvas de indiferença, refletindo as preferências individuais a serem otimizadas sob a restrição orçamentária com a qual os indivíduos se deparam. Analogamente, na teoria institucionalista de North, as instituições fornecem as restrições que permitem aos indivíduos realizar suas escolhas. Segundo o autor, definir “instituições como restrições que os seres humanos impõem em si mesmos torna tal definição complementar à abordagem da teoria da escolha da teoria econômica neoclássica” (North, 1990, p.5).

Além das instituições (regras do jogo), North menciona dois outros elementos do sistema econômico – organizações e indivíduos (jogadores). Assim caracterizado o sistema econômico, a questão que emerge imediatamente remete a problemas de coordenação e cooperação entre os jogadores. Tal questão, ao contrário das instituições, já possuía, segundo North, tratamento no âmbito da teoria dos jogos. O autor vindica adicionalmente a revisão de alguns supostos do modelo econômico neoclássico puro (ou economia neoclássica padrão), que assume que indivíduos racionais maximizadores decidirão cooperar quando: (i) as interações (jogos) forem repetidas; (ii) existir informação completa sobre os outros jogadores; (iii) presença de um número reduzido de jogadores (North, 1990, p.12). Essa descrição do sistema econômico seria irrealista, pois nas situações econômicas cotidianas as interações podem não ser repetidas, sendo caracterizadas por um ambiente de informação incompleta e a presença de um grande número de jogadores. Uma vez mais, a modificação dessa descrição da realidade econômica somente pode ser realizada caso o suposto da racionalidade instrumental (ou substantiva) seja alterado. A distinção entre o suposto de racionalidade substantiva (ou instrumental) e o suposto de racionalidade procedural (ou limitada) remonta a Herbert Simon. O autor assim define racionalidade limitada:

O termo ‘racionalidade limitada’ é usado para designar escolha racional que leva em consideração as limitações cognitivas do agente que toma decisões – limitações tanto do conhecimento quanto da capacidade computacional (Simon, s.d., p.15).

A ideia central remete à quantidade de informações que o cérebro humano é capaz de processar. Indivíduos dotados de racionalidade substantiva são capazes de processar toda informação necessária à realização da escolha ótima. Já indivíduos dotados de racionalidade procedural possuem uma capacidade computacional limitada, sendo incapazes de processar toda informação necessária à maximização. Deste modo, indivíduos limitados cognitivamente não maximizam, mas obtêm um *second best*, ou a melhor alternativa possível dada sua limitação cognitiva. Simon denominou essa modalidade de comportamento como *satisficing*. De acordo com North, a existência das instituições está ligada a um ambiente econômico no qual estão presentes indivíduos limitados cognitivamente.

Num mundo de racionalidade instrumental as instituições são desnecessárias; ideias, ideologias, mitos, dogmas não importam; e os mercados eficientes, tanto políticos quanto econômicos caracterizam as sociedades. Mas no mundo real os atores possuem informação incompleta e capacidade computacional limitada para processar tal informação. Em consequência eles desenvolvem regras habituais e normas para estruturar a troca (North, 1993b, 159-160).

Deste modo, as instituições compõem o sistema econômico como um importante complemento cognitivo, redutor da incerteza característica de um mundo no qual os indivíduos são dotados de uma racionalidade limitada, as interações não são repetidas, a informação acerca dos demais jogadores não é completa e é grande o número de jogadores.

A partir da proposição da ideia de “meta-axiomas neoclássicos”, Arnsperger e Varoufakis (2006) sistematizam a definição da ontologia neoclássica em torno de três axiomas: (1) individualismo metodológico: toda explicação da economia deve ser empreendida no nível do agente individual; (2) instrumentalismo metodológico: todo comportamento humano é orientado por preferências, sendo entendido como um meio de maximização da satisfação individual; (3) equilíbrio metodológico: consiste em descobrir um equilíbrio, supor que os agentes encontram-se nesse equilíbrio e, por fim, demonstrar que esse equilíbrio é estável.

Na apreciação dos pontos mantidos e alterados por North no que concerne à economia neoclássica padrão, os três itens destacados por Arnsperger e Varoufakis podem ser observados no esquema conceitual de North. O item (1) fica claro quando o autor afirma: “Instituições são criações dos seres humanos. Elas evoluem e são alteradas pelos seres humanos; portanto nossa teoria deve começar com o indivíduo” (North, 1990, p.5). Embora o autor mencione a maximização como o objetivo da escolha humana, com a modificação do suposto de racionalidade talvez seja mais preciso utilizar o termo *satisficing*, proposto por Simon a partir do conceito de racionalidade procedural (ou limitada). Todavia, mesmo com a substituição do *maximizing* pelo *satisficing*, um suposto de racionalidade continua presente no esquema conceitual de North. Se o sistema econômico é composto de indivíduos que realizam suas escolhas a partir de algum suposto de racionalidade sob as restrições usuais da teoria econômica, mais as restrições institucionais sugeridas por North, então é preciso entender como essas ações são coordenadas. Encontrar um estado de equilíbrio é, portanto, fundamental para garantir consistência teórica a uma análise do sistema econômico (macro) que começa com o indivíduo (micro). Nesse arcabouço teórico que North compreende a história econômica, objeto da próxima seção.

3. CLIOMETRIA: A NOVA HISTÓRIA ECONÔMICA

Ao inserir a dimensão temporal na análise econômica, North abre espaço para a consideração da história econômica. O objetivo da história econômica, segundo North, é a explicação das causas do crescimento, declínio e estagnação econômica e do bem-estar de diferentes grupos numa sociedade ao longo do tempo. Nesse sentido, o que deve ser estudado é a estrutura da organização econômica, bem como a relação entre estrutura e performance de uma economia (North, 1977, p.187-188). Porém, a concepção de história de North é diferente daquela adotada pela Escola dos Annales, denominada como velha história econômica (VHE). North reconhece na cliometria, ou nova história econômica (NHE) um método científico de conhecer o passado econômico.

A Escola dos Annales, ou VHE, surge a partir da obra de dois historiadores – Marc Bloch e Lucien Febvre – em torno da revista *Annales*, publicada em 1929. A proposta dos autores era a construção de uma noção de história-problema, alternativa à história positivista. Os campos de interesse da VHE envolviam estudos de estrutura, estudos de conjuntura e estudos regionais. Fernand Braudel é um dos autores que contribuíram com a Escola dos Annales.

O início da NHE data de uma conferência conjunta da Economic History Association e do National Bureau of Economic Research, realizada em 1957, na qual foram apresentados artigos voltados à análise quantitativa da história das economias dos Estados Unidos e do Canadá (North, 1977, p.187). O objeto da NHE são classes de eventos e comportamentos de grupos, não eventos particulares, o que permite a NHE o uso de “teorias simples que podem produzir resultados previsíveis e específicos em vez de consequências indeterminadas” (North, 1977, p.188). North afirma ser essa a grande vantagem da NHE, que produz modelos testáveis e refutáveis. Esse método, contudo, não está isento de problemas, pois o teste do modelo necessita de evidências empíricas que o refutem ou não, de modo que

a NHE é bastante dependente da evidência disponível. Em sua fase inicial, a pesquisa no âmbito da NHE consistiu no teste de hipóteses sobre a economia Americana, em que algumas hipóteses puderam ser rejeitadas ou modificadas como resultado da obtenção de novas informações quantitativas (North, 1977, p.189).

O fundamento teórico da NHE é o suposto comportamental de racionalidade e o conceito de custos de transação da economia neoclássica, em que a diferença essencial em relação a VHE é o uso de teoria e de métodos quantitativos (North, 1977, p.190).

Para o novo historiador econômico, explicação requer a aplicação dos princípios de explicação científica derivados das ciências naturais. Isso impõe o uso de modelos teóricos formais baseados num número limitado de variáveis. O velho historiador econômico, por outro lado, se submerge em complexas e detalhadas descrições de eventos passados (North, 1977, p.190).

O que distingue essas duas concepções de história é a adoção do instrumental teórico neoclássico, ou as ferramentas de análise da teoria microeconômica. North assinala que enquanto os historiadores ingleses adotaram a NHE, os historiadores do continente estavam mais inclinados a se filiar à Escola dos Annales. A ênfase na utilização de dados quantitativos e na formulação de modelos testáveis garantiria um estatuto científico à NHE não atribuível à VHE, que seria “mais uma forma de arte do que uma abordagem científica à história” (North, 1977, p.191). Segundo North, o que falta à VHE é o rigor científico da NHE, que utiliza métodos quantitativos, bem como as modernas técnicas econométricas, para interpretar a história econômica. Mas a NHE também possui suas deficiências, que se colocam para além da escassez de evidências empíricas. O referencial teórico da NHE também gera algumas limitações, apontadas por North, que assinala ainda as tentativas de superação das insuficiências teóricas impostas pela economia neoclássica padrão.

Os limites da cliometria são aqueles “impostos pelo corpo teórico utilizado: a teoria neoclássica. Esta teoria assume um mundo livre de atritos sem qualquer papel explícito para as instituições e o governo” (North, 1997b, p.412). A economia neoclássica padrão teria deixado de considerar três elementos: (i) custos de transação; (ii) alocação de recursos fora do mercado; (iii) uma teoria do Estado (North, 1977, p.195). Ao considerar um mundo sem atrito está sendo suposto que o mecanismo de preços opera de forma a alocar perfeitamente todos os recursos no mercado, por conseguinte, não há necessidade de alocar tais recursos fora do mercado. Deste modo, famílias, organizações e governo não são consideradas no arcabouço teórico da economia neoclássica padrão.

A história econômica busca explicar a estrutura e a performance das economias, em que um fator importante é a relação ente recursos e crescimento populacional. Se as decisões quanto à fertilidade são tomadas pelas famílias, desconsiderá-las analiticamente implicaria deixar de lado a explicação dos fatores demográficos de uma economia, o que debilitaria uma análise comprometida com aspectos concernentes à história e ao desenvolvimento das economias. Desconsiderar o papel das organizações no ambiente econômico deixaria questões relativas às inovações tecnológicas inexplicadas. Sendo a tecnologia um elemento que responde pela dotação de recursos de uma economia, não a considerar também debilitaria o alcance da economia neoclássica. Por fim, a ausência de uma teoria do Estado restringiria a reflexão acerca dos direitos de propriedade, visto ser o Estado o criador e garantidor dos direitos de propriedade, bem como do acesso dos agentes aos recursos do sistema econômico.

Desta forma, North aponta a necessidade de consideração do crescimento populacional, da mudança tecnológica, da evolução dos direitos de propriedade e do Estado na análise econômica (North, 1977, p.195). Em seu artigo de 1977 North já apontara alguns desenvolvimentos relativos à família em Becker, assim como a consideração das firmas e governos como mecanismos alternativos de alocação de recursos. No entanto, North se diz mais otimista em seu artigo de 1997, indicando alguns progressos da economia neoclássica como a revisão do suposto de racionalidade, o reconhecimento da presença de incerteza nas interações humanas, a consideração dos custos de transação, a modelagem de sistemas político-econômicos, bem como o exame da natureza das preferências (North, 1997b, p.412). Todos

esses desenvolvimentos ocorrem no interior do programa de pesquisa neoclássico, assim como a proposta de North concernente às instituições e à história econômica .

Assim sendo, ao inserir as instituições e a história na análise econômica North está habilitado a debater temáticas concernentes ao desenvolvimento econômico a partir do programa de pesquisa neoclássico. Ao proceder desse modo, o autor espera superar os limites da economia neoclássica padrão e ampliar o espectro de problemas abordados pelo instrumental teórico neoclássico, fornecendo explicações para questões usualmente tratadas em programas de pesquisa alternativos, como instituições, incerteza, história, dentre outros. Resta saber em que medida North supera os limites impostos pela economia neoclássica padrão. Nesse intuito será necessário explicitar os fundamentos metodológicos do programa de pesquisa neoclássico, tradição de pensamento à qual North vincula seus desenvolvimentos teóricos.

4. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA TRADIÇÃO NEOCLÁSSICA

North defende a nova história econômica a partir da adoção de certos preceitos metodológicos. Tal postura em relação à metodologia econômica não é incomum na Economia, Lisboa (1998) procede do mesmo modo ao defender a cientificidade da tradição neoclássica.

De acordo com Lisboa, a economia neoclássica utilizaria elementos da metodologia lakatosiana, popperiana, bem como do instrumentalismo metodológico de Friedman (1981), sugerindo que a cientificidade da tradição neoclássica seria garantida justamente pela adoção das concepções metodológicas sugeridas pelos referidos autores . Lisboa argumenta que a superioridade neoclássica em relação às teorias heterodoxas advém do caráter progressivo do programa de pesquisa neoclássico. Vejamos brevemente em que consistem os elementos constituintes da metodologia neoclássica.

Popper é visto como um dos críticos mais diligentes do positivismo lógico, questionando tanto o critério da verificação quanto o projeto antimetafísico dos lógico-positivistas . Como alternativa à verificação propôs o falsificacionismo, em que as teorias mereceriam o status de ciência na medida em que alcançassem um maior grau de falseabilidade, isto é, o importante não é tentar verificar proposições teóricas; mais fundamental é a constante crítica teórica . Implicada no falseabilismo encontra-se a ideia de que a cientificidade das teorias é garantida pela sua estabilidade empírica.

O instrumentalismo metodológico de Friedman (1981) pode ser apresentado sucintamente do seguinte modo. Há uma distinção entre economia positiva e economia normativa, em que a cientificidade da Economia seria garantida pelo seu caráter positivo, ou seja, pela neutralidade axiológica de suas proposições. A economia positiva compreende teorias compostas de dois elementos: linguagem e hipóteses substantivas. A linguagem fornece uma estrutura conceitual para as teorias, sendo passível de julgamento apenas pelos cânones da lógica formal. As hipóteses substantivas subdividem-se em implicações e pressupostos. As implicações representam previsões, avaliadas com base na comprovação empírica dessas previsões. Já os pressupostos são abstrações da realidade, constituindo previsões apenas indiretamente, pois são avaliadas com base na capacidade preditiva da teoria da qual fazem parte. Deste modo, as hipóteses substantivas são responsáveis pelas previsões teóricas, sendo avaliadas com base nos critérios de fecundidade e simplicidade, isto é, uma hipótese deve prever muito com base em pouco. Segundo Friedman, os pressupostos sempre fazem um corte na realidade, ou seja, abstraem características ou elementos de interesse para a ciência. Por conseguinte, teorias são sempre simplificações da realidade. Decorre daí que os pressupostos, por serem abstrações (cortes na realidade), são em sua maioria falsos, não passíveis de julgamento pelo seu realismo. Como teorias positivas não podem conter pressupostos realistas, resta a adoção da capacidade preditiva como critério de seleção entre teorias. Além disso, apenas teorias com capacidade preditiva fariam parte da economia positiva, recebendo assim o status de ciência.

De acordo com Lakatos, teorias que compartilham um mesmo núcleo rígido compõem um programa de pesquisa científico (PPC), cujos limites são dados pelo cinturão protetor desse PPC. O núcleo rígido não é passível de contestação por parte da comunidade científica, constituindo campos de pesquisas interditados ao sujeito cognoscente – representa a heurística negativa de uma tradição de pensamento. Já nos limites do cinturão protetor os cientistas estão habilitados a expandir o campo de conhecimentos iluminado pelo núcleo rígido, constituindo a heurística positiva do PPC. No esquema conceitual kuhniano apenas aqueles que contribuem para a atividade de resolução de problemas, postos pelo paradigma dominante, são considerados cientistas. Do mesmo modo, na concepção lakatosiana a pesquisa científica legítima está restrita ao desenvolvimento de teorias que ampliem o cinturão protetor do PPC aceito pela comunidade científica, sem se contrapor à visão de mundo veiculada pelo núcleo rígido.

A ideia de núcleo rígido é análoga ao conceito kuhniano de paradigma. De modo bastante abrangente, um paradigma pode ser entendido como uma visão de mundo compartilhada por determinada comunidade científica. Na definição de Kuhn, paradigmas são “realizações universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2003, p.13). Um paradigma é composto de dois elementos: (i) matrizes exemplares, que respondem pela resolução concreta de problemas, estudos de caso e exemplos; (ii) matrizes disciplinares, que fornecem um conjunto de crenças, valores e técnicas compartilhadas pela comunidade científica (Caldwell, 1982, p.75).

Lakatos reconhece que podem existir vários PPC’s concorrentes, em que o critério de escolha entre dois PPC’s remete à sua capacidade preditiva. Um PPC progressivo é aquele no qual surgem novas teorias capazes de prever fatos novos, caracterizando um PPC teoricamente progressivo. Na medida em que esses fatos novos previstos são corroborados empiricamente diz-se que o PPC é também empiricamente progressivo. Por conseguinte, um PPC é progressivo se é simultaneamente teórica e empiricamente progressivo. No extremo oposto estão os PPC’s regressivos, incapazes de produzir novas teorias com maior poder preditivo. A avaliação teórica com base na predição é traço característico da metodologia do mainstream econômico, em que a prática dominante quanto à análise de políticas econômicas é a formulação de modelos econométricos que são utilizados para estimar tendências passadas para produzir “melhores previsões” (Lawson, 1997, p.275). Importante notar que o critério preditivo aproxima a metodologia lakatosiana do instrumentalismo metodológico de Friedman (1981), sem reduzi-la, contudo, à proposta de Friedman. Como nos informa Lisboa, esta é a metodologia adotada pela tradição neoclássica.

Um fato curioso é que a metodologia do mainstream econômico (neoclássico) raramente é posta em debate. Do mesmo modo, a ontologia neoclássica também não é considerada criticamente. Conforme nos comunica North: “Economics is a theory of choice – so far so good” (North, 2005a, p.11). Com propriedade, Backhouse (1994) comenta o fato de que determinadas concepções filosóficas são mais prontamente absorvidas como argumentos a favor da ciência econômica, como a filosofia lakatosiana, pois de certa forma prescrevem regras metodológicas já utilizadas pelos economistas, como o critério preditivo de seleção teórica. Contudo, os autores referidos por Lisboa (1998) como provedores da metodologia neoclássica não necessariamente construíram suas teorias como forma de sustentar filosoficamente as ideias do mainstream econômico. Kuhn, por exemplo, suscita uma reflexão importante.

(...) talvez seja significativo que os economistas discutam menos sobre a cientificidade de seu campo de estudo do que profissionais de outras áreas da ciência social. Deve-se isso ao fato de os economistas saberem o que é ciência? Ou será que estão de acordo a respeito da Economia? (Kuhn, 2003, p. 202).

A primeira pergunta de Kuhn não possui uma resposta única. Apesar dos economistas do mainstream estarem bastante seguros acerca do que vem a ser a Economia – teoria da escolha sob

escassez –, outros economistas apontam não apenas para definições alternativas de ciência econômica, mas também indicam que a metodologia do mainstream é inadequada para analisar o objeto de estudo da Economia. Contra ou a favor da metodologia do mainstream, não é possível negar a falta de consenso acerca de uma definição de ciência econômica entre as diversas vertentes teóricas em Economia. O mainstream representa a maioria, mas não todos os economistas. Se concordarmos que a ciência é mais que uma questão numérica, temos nesse ponto uma controvérsia saudável. Destarte, a segunda pergunta de Kuhn encontra resposta automaticamente, a saber, os economistas não estão de acordo a respeito da Economia, de sua definição e dos limites de seu objeto. Além disso, a evolução da ciência econômica jamais se enquadrou no esquema “ciência normal – ciência extraordinária – nova ciência normal” kuhniano, paradigmas dominantes sempre conviveram com uma pluralidade de alternativas.

As metodologias kuhniana e lakatosiana fornecem insights interessantes no que concerne à afirmação de que toda teoria veicula uma visão de mundo compartilhada por comunidades científicas. No entanto, o relativismo ontológico implicado na incomensurabilidade dos paradigmas e no caráter heurística negativa do núcleo rígido interdita o debate no âmbito ontológico, deslocando a questão do estatuto de cientificidade das teorias para o âmbito epistemológico. Tal deslocamento ou deixa a evolução das teorias científicas inexplicada – fé como critério de seleção do novo paradigma dominante em Kuhn – ou enseja o surgimento de critérios circulares e instrumentais de seleção teórica – PPC progressivo em Lakatos. Critérios puramente epistemológicos não proporcionam uma racionalidade quanto ao julgamento de teorias científicas. Esse fato é evidente em Kuhn, que recorre a motivos extracientíficos para a escolha entre paradigmas, mas aparece de forma menos explícita em Lakatos, que fornece critérios mais específicos para a seleção de PPC's. Contudo, para além da existência de sérias limitações à previsão em ciências sociais, dado o caráter histórico e imprevisível do objeto social, verifica-se uma circularidade no critério preditivo de seleção teórica.

(...) se a teoria determina a priori como é a configuração do mundo e, com isso, determina igualmente aquilo que é relevante (dados, eventos, objetos, relações) e ao mesmo tempo prescreve os critérios de corroboração empírica, parece evidente que se está então diante de uma flagrante circularidade (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p. 759).

Segundo Duayer, Medeiros e Paineira (2001), o positivismo lógico foi amplamente criticado, mas não superado por autores como Popper, Kuhn e Lakatos. O instrumentalismo de Friedman justifica a construção de modelos “irrealistas” a partir da asserção de que o mundo é incognoscível, mas essa afirmação é antes proveniente de uma irresolução nos debates em Filosofia da Ciência do que uma razão para a aceitação de que teorias são meros instrumentos. Abandonar a referência ao objeto prejudica o próprio alcance das teorias econômicas. Visto ser a Economia uma ciência social de prestígio na sociedade e sendo suas teorias fundamentadas numa determinada visão de mundo, as conclusões de política econômica orientadas por essas teorias não apenas interferem alocando e realocando recursos do sistema, mas constituem e moldam a própria realidade econômica. Nesse sentido, o instrumentalismo justifica a prática corrente da economia mainstream, mas de modo algum contribui para a construção de teorias efetivamente mais realistas, mais objetivas.

Isso não significa que Kuhn e Lakatos não possuam contribuições valiosas, mas é preciso avançar em relação às suas limitações, em que a principal delas é a interdição do debate em termos ontológicos. A metodologia econômica não produz contribuições frutíferas quando utilizada para justificar a prática científica, mas pode constituir importante aliada da Economia ao iluminar aquelas práticas científicas que se apresentam incongruentes em relação a seu objeto de estudo. Conforme identificado por Lawson, o trabalho da filosofia consiste na realização de “um ‘trabalho acessório’ para a ciência ao esclarecer inconsistências e confusões; e pode atuar como ‘parteira’ ao ajudar o surgimento

de novas ciências” (Lawson, 1997, p. 61). Assim, à filosofia da ciência é atribuído um papel de avaliação crítica das práticas da ciência sem, no entanto, tomar o seu lugar ou se confundir com ela .

O Realismo Crítico pode oferecer uma contribuição para o debate metodológico no que concerne à reafirmação ontológica, isto é, visões de mundo podem ser comparadas frente a um objeto que guarda uma relativa independência em relação às descrições produzidas acerca desse objeto. Como indicado por Lawson (1997), um racionalismo julgamental somente pode ser obtido caso seja atrelado ao relativismo epistemológico um realismo ontológico. Em outras palavras, a ontologia adotada por determinada comunidade científica não pode ser afastada do debate teórico e metodológico, caso se pretenda manter uma perspectiva crítica e plural. Ademais, Lawson considera criticamente não apenas o critério preditivo de avaliação teórica, mas a metodologia mesma adotada pelo mainstream econômico, baseada em grande medida no que o autor denomina como dedutivismo, ou a compreensão de lei científica como conjunção constante de eventos – “se X então Y” .

Lawson sustenta que regularidades de eventos somente podem ser encontradas em sistemas fechados, pois é precisamente o fechamento do sistema que permite a repetição ininterrupta de uma sequência de eventos. Ademais, está implicada no dedutivismo uma ontologia lógico-positivista, que compreende a “realidade como consistindo de objetos da experiência ou impressões constitutivas de eventos atomísticos” (Lawson, 1997, p.19). Por fim, para uma ciência baseada no dedutivismo ser possível, os referidos sistemas fechados devem ser ubíquos, de modo a garantir a ocorrência das regularidades de eventos, expressas em leis científicas, no mundo.

Para demonstrar as inconsistências do dedutivismo, Lawson (1997) propõe que se investigue uma prática difundida na ciência natural – a atividade experimental. O que ocorre em ambiente experimental é a produção de regularidades de eventos, portanto, de sistemas fechados. No entanto, o mundo é povoado de sistemas abertos, de modo que as conjunções constantes de eventos são contingentes, sendo raramente verificadas fora dos sistemas fechados. A partir do dedutivismo, como explicar os resultados da ciência natural? Como explicar a aplicabilidade de leis entendidas como regularidades de eventos (sistemas fechados) no mundo (sistemas abertos)? Podemos concluir que: (i) os sistemas fechados encontrados na atividade experimental são artificialmente produzidos; (ii) o dedutivismo não é capaz de explicar a prática científica efetiva.

Lawson nos convida a uma análise de como os cientistas naturais extraem suas descobertas a partir da atividade experimental. Os sistemas fechados, construídos artificialmente em laboratório, são elaborados pelo sujeito cognoscente com o propósito de isolar eventos de interesse para que leis científicas possam ser identificadas. Nesse sentido, as conjunções constantes de eventos são produzidas no intuito de que seja possível conhecer o modo de funcionamento das leis científicas assim identificadas. Destarte, conclui Lawson, se leis científicas observadas em laboratório continuam em operação no mundo, então essas leis devem ser operativas tanto em sistemas fechados quanto em sistemas abertos. Leis científicas são, por conseguinte, intransitivas; existem e operam independentemente de sua identificação em ambiente experimental.

Se a atividade experimental faz sentido enquanto prática científica, necessitando determinadas entidades da produção de fechamentos artificiais para sua identificação, então devemos reconhecer que o mundo não se esgota nos eventos empíricos e seus efeitos. A concepção de uma estratificação ontológica se faz necessária. De acordo com Lawson é possível identificar três estratos constitutivos do objeto da ciência: empírico, efetivo e real. O estrato do real é o lócus das leis intransitivas, bem como dos mecanismos generativos, causadores do curso efetivo dos eventos .

A proposta de Bhaskar (1997) é que se estabeleça que os objetos do conhecimento comportam eventos empíricos, mas também leis gerais e mecanismos causais que residem para além da esfera empírica, e que são responsáveis pelo curso de eventos observados. Um ponto importante é que leis científicas e mecanismos causais não constituem uma adição arbitrária do sujeito cognoscente a uma teoria que deve comportar mais que eventos empíricos; tais leis e mecanismos possuem uma existência

independente de sua identificação, são entidades reais, intransitivas, conseqüentemente, não imaginárias.

O passo seguinte é a aplicação do argumento desenvolvido para a atividade experimental à ciência social. Lawson (1997) propõe que se analise o estatuto da escolha humana, central ao programa de pesquisa neoclássico. Assinala Lawson, “se a escolha é real qualquer agente poderia sempre ter feito de outra maneira; cada agente poderia sempre ter agido diferentemente do modo como ele ou ela de fato agiu” (Lawson, 1997, p.30). Em outras palavras, a escolha real somente é possível em sistemas abertos. Destarte, também no âmbito da ciência social o dedutivismo se mostra inadequado na explicação de seu objeto, a saber, a ação individual.

Da realidade dos sujeitos que fazem escolhas podemos inferir que qualquer escolha entre alternativas implica certa intencionalidade, isto é, o agir humano é finalístico. A intencionalidade humana, por sua vez, pressupõe alguma cognoscibilidade do ambiente no qual se planeja realizar essa intenção, e “o conhecimento pressupõe um grau de durabilidade dos objetos de conhecimento suficiente para que eles venham a ser conhecidos” (Lawson, 1997, p.30-31). Por conseguinte, o agir humano intencional somente pode ocorrer com base em estruturas relativamente duradouras. Se tais estruturas dependem da ação humana para continuar existindo, podemos adicionalmente afirmar que essas estruturas são sociais. Deste modo, o fundamento da ação humana teleologicamente orientada são as estruturas sociais relativamente duradouras.

Por fim, será brevemente apresentado o modelo transformacional da atividade social (MTAS), elaborado por Bhaskar (1998). A ideia central desse modelo é a superação do voluntarismo weberiano (individualismo metodológico), no qual as estruturas sociais seriam produto direto da ação humana, e do estruturalismo durkheimiano (holismo metodológico), em que a ação humana seria totalmente determinada pelas estruturas sociais. Por um lado, a ação humana está livre de qualquer restrição das estruturas e, por outro lado, a ação humana sofre um condicionamento absoluto das estruturas. A sugestão de Bhaskar é que se considere o caráter dual tanto da práxis quanto da estrutura. Os sujeitos, afirma Bhaskar, nunca fazem as estruturas sociais. A ação humana, no entanto, possui o potencial tanto de reproduzir quanto de produzir tais estruturas sociais – dualidade da práxis. Quanto às estruturas sociais, estas são ao mesmo tempo condição e resultado do agir humano intencional – dualidade da estrutura. Desta maneira, a ação humana não ocorre num vácuo estrutural, e as estruturas não configuram um sistema imutável de posições que os sujeitos simplesmente reproduzem.

Desta maneira, o RC propõe uma crítica ontológica do positivismo lógico, ao contrário da crítica epistemológica de Popper, Kuhn e Lakatos. Isso permite a Lawson avaliar os fundamentos ontológicos do mainstream econômico, ocupado pela tradição neoclássica. O autor assim procede através da explicitação da visão de mundo lógico-positivista implicada no conjunto de métodos por ele denominado como dedutivismo. Ao atrelar sua construção teórica aos preceitos metodológicos neoclássicos, North assume não apenas a epistemologia neoclássica – otimização sob restrição – mas também a ontologia neoclássica – escolha sob escassez. A modificação no suposto de racionalidade e a inserção do tempo e da história ocorrem no âmbito dessas noções epistemológicas e ontológicas, o que significa que a contribuição de North ocorre nos limites do cinturão protetor do programa de pesquisa neoclássico.

5. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS ACERCA DO INSTITUCIONALISMO DE DOUGLASS NORTH

North intenciona contribuir para uma teoria econômica mais realista, não sendo um autor imediatamente identificável com o instrumentalismo de Friedman. No entanto, ao permanecer nos limites do programa de pesquisa neoclássico acaba por compartilhar os fundamentos epistemológicos neoclássicos, como a análise dos eventos econômicos a partir dos conceitos de otimização sob restrição. Os preceitos epistemológicos de uma teoria não são construídos em abstrato, sempre vêm

acompanhados de uma ontologia, ou uma concepção de como se constitui o objeto de estudo da ciência. Vimos que, segundo North e a tradição neoclássica, a escolha sob escassez define o objeto de estudo da Economia. Nesse sentido, o conceito de instituição seguiu a orientação metodológica neoclássica, compondo o ambiente econômico como mais uma restrição às já usuais restrições impostas à ação individual.

North enfatiza que a cientificidade da história econômica advém da produção de teorias passíveis de testes empíricos e de falsificação nesses testes. A referência ao teste empírico remonta ao projeto lógico-positivista, que demandava a comprovação empírica das proposições científicas. Popper, apesar de crítico do positivismo lógico, também propõe um critério de adequação empírica, o falseabilismo. Esse é o critério de avaliação científica que Lisboa atribui à tradição neoclássica. Além disso, para constituir um PPC progressivo as teorias devem ter capacidade preditiva, o que segundo North, é uma vantagem da cliometria em relação à Escola dos Annales. Vimos, entretanto, que existe uma alternativa à metodologia mainstream no RC de Lawson.

A adoção de uma metodologia crítico-realista não é a solução para todos os problemas da Economia, uma vez que a filosofia da ciência não pode fazer o trabalho da ciência, mas, segundo Lawson (1997), pode ser uma importante aliada na identificação de inconsistências entre as teorias e seu objeto de estudo. No caso de North, por exemplo, é possível notar que a adoção de uma epistemologia e de uma ontologia neoclássica limitou o autor em sua proposta institucionalista. Conforme exposto a partir do MTAS, nas sociedades temos uma dualidade da práxis e uma dualidade da estrutura, não capturáveis no âmbito de um esquema de escolha sob restrição. Adiciona Lawson (2003), as instituições restringem, possibilitam e moldam o comportamento humano, o que é diferente da compreensão de North acerca das instituições como restrições à interação humana.

Isso não invalida a contribuição de North, mas gera dúvidas quanto às conclusões obtidas a partir do seu esquema conceitual. Quanto ao desenvolvimento econômico, por exemplo, North conclui que o desenvolvimento pode ser obtido através da implementação de uma armação institucional que garanta os direitos de propriedade e permitam aos jogadores (indivíduos e organizações) perceberem o sistema econômico como justo. Naturalmente, não se argumenta contra a existência de “boas” instituições, contudo, não é possível negligenciar a crítica de Chang. De acordo com Chang (2004), a partir da observação de amplas evidências históricas é possível verificar que as “boas” instituições atribuídas aos países atualmente desenvolvidos somente emergiram após o alcance de uma determinada condição econômica favorável. Portanto, a ideia de que as “boas” instituições precedem o desenvolvimento econômico não teria sido verificado historicamente. Um fato curioso é que North, mesmo com abundantes referências à história econômica chegue a uma conclusão oposta à de Chang .

O que se buscou apontar é como a adoção dos preceitos metodológicos neoclássicos limitou a análise de North no que concerne às instituições e à história econômica. Em sua consideração das instituições, as relações de poder raramente aparecem; apenas em sua teoria do Estado North (1981) menciona algo acerca da possibilidade da manipulação dos direitos de propriedade pelos governantes. O enquadramento da história econômica na metodologia neoclássica demanda a testabilidade de hipóteses sobre os fatos históricos, bem como sua potencial falseabilidade, mas não requer a objetividade das análises acerca dos eventos históricos. O teste teórico comprova, no máximo, a consistência interna de um determinado arcabouço conceitual. No entanto, a objetividade de uma teoria somente pode ser avaliada quando cotejada com outras teorias, o que é possível apenas através do reconhecimento da dimensão ontológica da construção teórica e sua reafirmação enquanto instância científica crítica. Desta forma, o que o RC traz de novo à metodologia econômica é a possibilidade de julgamento crítico das

teorias científicas, em que não apenas aspectos epistemológicos, como os critérios de validação de uma teoria, são considerados, mas também é atribuído um papel central à visão de mundo na construção e avaliação teórica. Essa rápida inspeção do esquema conceitual de North foi um exemplo de como o RC pode ser utilizado na análise metodológica das teorias científicas.

6. CONCLUSÃO

Este artigo buscou mostrar a forma como a proposta institucionalista de Douglass North se insere nos debates em Economia. North jamais intencionou se destacar do programa de pesquisa neoclássico, talvez por acreditar que esta fosse a única forma possível de produzir teorias científicas em Economia. Nesse sentido, North não se volta a uma revisão radical dos pressupostos básicos que sustentam a tradição neoclássica, como o ponto de partida no indivíduo racional otimizador, buscando apenas tornar mais realistas tais pressupostos. Naturalmente, a escolha teórica do autor não está em questão, mas sim a capacidade da sua teoria institucionalista em iluminar seu objeto de estudo.

Ao abordar as questões metodológicas envolvidas nas escolhas teóricas, e ontológicas, de North, chamamos para o debate algumas correntes e autores da Filosofia da Ciência. Observou-se que a proposta do realismo crítico seria promissora na análise das teorias econômicas, em que a proposta institucionalista de North nos serviu de exemplo. Ademais, o realismo crítico pode ajudar no embasamento da crítica heterodoxa, entendida como aquela que se volta à avaliação crítica do núcleo rígido dos PPC's. Nesse sentido, North estaria no campo ortodoxo, daqueles que buscam contribuir no âmbito do PPC neoclássico, e Veblen, institucionalista americano, estaria no campo heterodoxo, pois buscou propor uma teoria evolucionária que substituisse a teoria econômica do final do século XIX, não evolucionária.

Para além da aderência a determinados supostos básicos, a distinção entre ortodoxia e heterodoxia foi aqui entendida como aqueles que abrem mão de uma crítica ao núcleo rígido do PPC mainstream e aqueles que buscam construir novos PPC's a partir de outra visão de mundo. Nesse sentido, a heterodoxia estaria mais inclinada a sustentar e praticar um pluralismo teórico que a ortodoxia. Da mesma forma, a heterodoxia se comprometeria mais com questões ontológicas que a ortodoxia, que tomaria o núcleo rígido (ontologia) como um dado imutável da ciência já constituída.

Não se buscou discutir, no escopo desse artigo, o alcance da crítica heterodoxa à economia capitalista, incluindo o alcance da crítica do realismo crítico às estruturas sociais que ensejam a emergência do dedutivismo. A crítica de Bhaskar à ontologia empirista e a crítica de Lawson ao dedutivismo nos fornece munição teórica e metodológica para avaliar criticamente o PPC neoclássico, que se coloca como a única forma legítima de se fazer ciência no âmbito da Economia. Contudo, a crítica do RC não se questiona acerca das estruturas sociais concretas, históricas, que sustentam construções teóricas como a neoclássica; tal profundidade e completude da crítica encontraremos, por exemplo, na crítica da Economia Política que Marx (2013 [1867]) realiza no livro I de "O Capital". Deste modo, aqui é possível apenas indicar uma limitação da proposta crítico realista, em que uma elaboração mais completa de tal limitação demandaria o espaço de outro artigo.

Destarte, ao longo do artigo foram apresentadas as principais ideias de North no que concerne à sua proposta institucionalista, chamando atenção para a relação entre instituições e desenvolvimento econômico, bem como para a concepção de história econômica implicada na cliometria. Os debates em Filosofia da Ciência iluminaram os fundamentos metodológicos e ontológicos do institucionalismo de North, em que uma crítica a partir do RC de Bhaskar e Lawson foi apresentada. Apesar das limitações do RC, a crítica de Lawson ao dedutivismo, aliada à proposta de Bhaskar de um MTAS, nos permite construir uma alternativa teórica ao mainstream econômico. Para além dos problemas ontológicos e epistemológicos da tradição neoclássica, talvez o maior problema dessa tradição de pensamento seja a

negação de um pluralismo teórico, que ou mina a crítica heterodoxa ou a relê nos termos da visão de mundo do PPC mainstream.

ABSTRACT: The aim of this article is a methodological analysis of the contributions by Douglass North in which concerns institutions and economic history. The methodological analysis of North's proposal will be made with recourse to the debates in Philosophy of Science, that are reflected not only the discussions in economic methodology, but also on the theoretical construction in Economics. To the well known schools of thought in Philosophy of Science (logical positivism, Popper and the traditions of growth of knowledge) I include the contributions of critical realism, as exposed by Tony Lawson.

Keywords: Economic history, Cliometrics, Institutions, Economic methodology, Critical realism.

7. REFERÊNCIAS

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. What is Neoclassical Economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power. *Post-austistic Economics Review*, n.38, p.2-12, 2006. Disponível em: <www.paecon.net> Acesso em: 10 jul. 2006.

BACKHOUSE, Roger. *A History of Modern Economic Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

_____. *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge, 1994. 400 p.

BECKER, Gary. *The Economic way of looking at life*. Nobel Lecture, 1992. Disponível em: <<http://home.uchicago.edu/~gbecker/Nobel/nobellecture.pdf>> Acesso em: 19 jul.2006.

BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. London: Verso, 1997. 284 p.

_____. *Societies*. In: ARCHER, Margaret et al., ed. *Critical Realism: essential readings*. Londres: Routledge, p.206-257, 1998.

BLAUG, Mark. *Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. São Paulo: Edusp, 1999.

BOWLES, Samuel. *Endogenous preferences: the cultural consequences of markets and other economic institutions*, *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVI, pp. 75-111, 1998.

CALDWELL, Bruce – *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. *Ciência e Filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo*. Niterói: [s.n.], 2005.

_____. *A Economia Institucional e as três dimensões das instituições*. *Revista de Economia Contemporânea*, 18(3), p.373-392, set-dez, 2014.

CHANG, Ha-Joon. *Breaking the mould: an institutionalist political economy alternative to the neoliberal theory of the market and the state*. *Cambridge Journal of Economics*, vol.26, n.5, set., p.539-559, 2002.

_____. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

COASE, Ronald. *The Nature of The Firm*. *Economica*, November 1937, pp. 386-495. Disponível em: http://people.bu.edu/vaguire/courses/bu332/nature_firm.pdf (acesso em: 01.08.2005).

_____. *The Problem of Social Cost*. *Journal of Law and Economics*, 3(1), p.1-44, 1960. Disponível em: <http://www.sfu.ca/~allen/CoaseJLE1960.pdf> (acesso em: 01.08.2005).

_____. *The institutional structure of production*. Nobel Lecture, 1991. Disponível em: <http://nobelprize.org/economics/laureates/1991/coase-lecture.html> (acesso em: 01.08.2005).

_____. The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, vol.88, n.2, mai., p.72-74, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.4, p. 723-783, out.-dez., 2001b.

FEIJÓ, Ricardo. *Metodologia e Filosofia da Ciência*. São Paulo: Atlas, 2003.

FRIEDMAN, Milton. *A Metodologia da Economia Positiva*. Edições Multiplic, v.1, n.3, p. 163-200, fev., 1981.

HODGSON, Geoffrey. *Economics and Institutions: a manifesto for a modern institutional economics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

_____. *Calculations, Habits and Action*. In: GERRARD, Bill. *The Economics of Rationality*. London: Routledge, 1993.

_____. *The Return of Institutional Economics*. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. (eds.) *The Handbook of Economic Sociology*. New York: Princeton University Press, 1994.

_____. *Evolution and Institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

_____. *A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura*. *Revista Econômica*, v.3, n.1, p.97-125, junho, 2001.

_____. *What are Institutions?* *Journal of Economics Issues*, vol.40, n.1, mar., p.1-25, 2006.

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LAWSON, Clive. *Realism and Institutionalism: John R. Commons, Carl Menger, and Economics with Institutions*. PhD dissertation. Cambridge, 1995.

LAWSON, Tony. *Economics and Reality*. London: Routledge, 1997.

_____. *Reorienting Economics*. London: Routledge, 2003.

_____. *The nature of heterodox economics*. *Cambridge Journal of Economics*, vol.1, n.23, 2005.

LISBOA, Marcos de Barros. *A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda Parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica*. *Revista de Economia Contemporânea*, n.3, p.113-151, jan.-jun., 1998.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013[1867].

NORTH, Douglass. *The New Economic History After Twenty Years*. *The American Behavioral Scientist* (pre-1986), vol.21, n.2, nov.-dec., 1977.

_____. *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton, 1981.

_____. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Institutions*. *The Journal of Economic Perspectives* (1986-1998), vol.5, n.1, 1991.

_____. *Institutions and Economic Theory*. *American Economist*, vol.36, n.1, 1992.

_____. The New Institutional Economics and Development, 1993a. Disponível em: <http://econwpa.wustl.edu:8089/eps/eh/papers/9309/9309002.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2005.

_____. What do we mean by rationality? *Public Choice* (1986-1998), vol.77, n.1, sep., 1993b.

_____. Economic Performance Through Time. Nobel Lecture, 1993c. Disponível em: <http://nobelprize.org/economics/laureates/1993/north-lecture.html>. Acesso em: 25 jul. 2005.

_____. Understanding Economic Change. In: NELSON, Joan; TILLY, Charles; WALKER, Lee (eds.) *Transforming Post-Communist Political Economies*. Washington D.C.: National Academy Press, 1997a. pp. 13-18. Disponível em: <http://www.nap.edu/html/transform/sec-1.htm>. Acesso em: 01 ago. 2005.

_____. Cliometrics – 40 years later. *The American Economic Review*, vol.87, n.2, mai., p.412-414, 1997b.

_____. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press, 2005a.

_____. *Institutions and the Process of Economic Change*. *Management International Montréal*, vol.9, n.3, 2005b.

RUTHEFORD, Malcolm. *Institutions in economics: the old and the new institutionalism (Historical perspectives on modern economics)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 225 p.

_____. Institutional Economics: then and now. *Journal of Economic Perspectives*, 15(3), pp.173-194, 2001.

SIMON, Herbert. *Bounded Rationality*, s.d. (Mimeo).

VARIAN, Hal. *Microeconomic Analysis*. London: W.W. Norton & Company, 1992, 3ªed.

VEBLÉN, Thorstein. Why is Economics not an Evolutionary Science. In: _____. *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*. New York: Russel & Russel, 1961[1898].

Data da submissão: 17 Julho 2017.

Data do aceite: 6 Abril 2018.